

**EDcl no AgRg nos EDcl nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2008/0149522-4)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EMBARGADO : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
INTERES. : THEREZA HIROKO IKEDA
INTERES. : THEREZA MARIA RIBEIRO
INTERES. : THEREZA RUGNA
INTERES. : THEREZINHA ARGENTO
INTERES. : THEREZINHA CASSIANO GOMES TAVARES
INTERES. : THEREZINHA GONCALVES
INTERES. : TOSHICA IKURA KURIYAMA
INTERES. : TSUTOMU HASHIOKA
INTERES. : TSUTOMU NAGAOKA
INTERES. : UGO DE ANGELI
INTERES. : VALDEMAR FALCHETTE
INTERES. : VALENTIM RUIZ
INTERES. : VALNIDES NOVAIS
INTERES. : VANIA FRANCA MALAGRINO
INTERES. : VERA GUIMARAES LIMA
INTERES. : VERA HELENA FRANCO DO NASCIMENTO NUNES
INTERES. : VERA LUCIA BARCELLOS SIGNORELLI
INTERES. : VERA LUCIA DA SILVA GOMES
INTERES. : VERA LUCIA GOMES DE MORAES
INTERES. : VICENTE ANTONIO PAISANO
INTERES. : VICENTE BISI CABRAL
INTERES. : VICENTE JOSE ROCCO
INTERES. : VICENTE VAIANO
INTERES. : VICTOR LUIZ CORREA GARCIA
INTERES. : VICTORIA OSHIRO MATSUMOTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JUROS DE MORA. COISA JULGADA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. Conforme consignado no acórdão embargado, “[...] tanto a limitação temporal em virtude da reestruturação da carreira, quanto o percentual de juros incidentes ao mês foram analisados quando do julgamento do MS n. 6.864/DF e seus respectivos embargos de declaração, transitando em julgado o v. acórdão da e. 3ª Seção que determinou o pagamento de 3,17% a todos os filiados, bem como a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da impetração da segurança”.
3. Reveste-se da imutabilidade própria da coisa julgada material a decisão que determinou a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, porquanto já fora objeto de apreciação no referido julgamento do MS 6.864.
4. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de suposta ofensa a dispositivos ou princípios constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator